



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 02/13**

**ATA DA SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 28 DE  
NOVEMBRO DE 2013**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos paços do concelho, pelas 21:00 horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Fernando Manuel Catum Leiria, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, Sérgio Miguel Pratas Duarte, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo e Luís Manuel Teopisto Cardoso.

*Pelo Partido Socialista:*

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares, Manuel Carlos Bento Fradiano e Maria Amélia Martins Faria dos Santos.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

Mário Luís Pintado Alves, Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

*Pelo Partido Social Democrata:*

João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

O senhor Rui Manuel da Graça Santa tomou posse como membro da Assembleia Municipal, eleito pela CDU nas eleições dos Órgãos das Autarquias Locais realizadas em 29 de setembro de 2013, tendo prestado juramento legal, após o que foi lavrada ata.

Faltou à sessão:

Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, justificou por escrito a sua ausência, por motivo de doença de familiar, tendo sido substituída por João Matos.

A justificação foi aceite por unanimidade.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os Vereadores José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, Jorge Manuel Pereira Giro, Susana Isabel de Freitas Custódio, Raquel Sofia Leal Franco

Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO 1 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A DIREÇÃO DA FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR**

Paula Pereira, pela CDU, propôs Fábio Bernardo.  
Pedro Canteiro, pelo CDS/PP, propôs Mário Alves.  
João Valle pelo PPD/PSD, propôs Luís Batista.  
Iolanda Nunes pelo PS, propôs Bruno Soares.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

Luís Batista: 2 votos  
Mário Alves: 3 votos  
Bruno Soares: 4 votos  
Fábio Bernardo: 15 votos

Desta forma, ficou eleito Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, como representante da Assembleia na Direção da Fundação João Gonçalves Júnior.

### **PONTO 2 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ALCOCHETE**

Paula Pereira, pela CDU, propôs Natacha Patinha.  
Iolanda Nunes, pelo PS, propôs Iolanda Nunes.  
Pedro Canteiro, pelo CDS/PP, propôs Patrícia Figueira.  
Luís Batista, pelo PPD/PSD, propôs Pedro Miguel Abreu Louro.

Os candidatos apresentados formaram a lista A.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

A lista A foi aprovada por unanimidade, ficando desta forma eleitos Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Patrícia Pinto Felizes Figueira e Pedro Miguel Abreu Louro, como representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcochete.

### **PONTO 3 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Paula Pereira, pela CDU, propôs Estêvão Boieiro.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Estêvão Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete: 19 votos;
- 5 votos em branco.

Desta forma, ficou eleito Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, para o Conselho Municipal de Educação.

#### **PONTO 4 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

Paula Pereira, em nome da CDU, propôs António Joaquim Gomes Almeirim.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- António Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco: 15 votos;
- 9 votos em branco.

Desta forma, ficou eleito António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco, para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

#### **PONTO 5 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOCHETE PARA A COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE DE ALCOCHETE**

Paula Pereira, pela CDU, propôs Rodolfo Pereira.

Iolanda Nunes, pelo PS, propôs Maria Amélia Faria.

Pedro Canteiro, pelo CDS/PP, propôs Pedro Canteiro.

Luís Batista, pelo PPD/PSD, propôs João Manuel Alves Nunes do Valle.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- João Valle: 2 votos
- Pedro Canteiro: 3 votos
- Amélia Faria: 4 votos
- Rodolfo Pereira: 15 votos

Desta forma, ficou eleito Rodolfo Soares Marques Pereira, como representante da Assembleia Municipal na Comissão Concelhia de Saúde de Alcochete.

**PONTO 6 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOCHETE NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL**

Paula Pereira, pela CDU, propôs Sérgio Duarte.  
Iolanda Nunes, pelo PS, propôs Manuel Fradiano.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Sérgio Duarte: 15 votos
- Manuel Fradiano : 4 votos
- 5 votos em branco

Desta forma, ficou eleito Sérgio Miguel Pratas Duarte como representante da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético Municipal.

**PONTO 7 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOCHETE NA COMISSÃO CONCELHIA DE EQUIPAMENTOS COMERCIAIS**

Paula Pereira, pela CDU, propôs Paulo Machado.  
Iolanda Nunes, pelo PS, propôs Manuel Fradiano.  
João Valle, pelo PPD/PSD, propôs Luiz Batista.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Paulo Machado: 15 votos
- Manuel Fradiano: 4 votos
- Luís Batista: 2 votos
- 3 votos em branco

Desta forma, ficou eleito Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, como representante da Assembleia Municipal na Comissão Concelhia de Equipamentos Comerciais.

**PONTO 8 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL**

Paula Pereira, pela CDU, propôs Luís Madeira.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Luís Madeira: 15 votos
- 9 votos em branco

Desta forma, ficou eleito Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco, para a Assembleia Distrital de Setúbal.

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto dos pontos 9, 10 e 11, e que a sua votação fosse feita em separado, o que foi aceite por unanimidade.

O Presidente da Assembleia propôs a retificação no 4.º parágrafo da página 2 da proposta do IMI: - onde se lê “4% deve ler-se “0,4%.

Submetidas as propostas à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Sucintamente e relativamente aos três impostos:

Congratular-se, pelo facto de a Câmara, pela primeira vez, ter aprovado por unanimidade, a definição dos impostos municipais.

Relativamente ao IMI, informou que a Câmara decidiu manter os impostos já há muito definidos (desde 2009). Com a presente proposta, para 2014, é criado um paradigma diferente, dado criar incentivos à regeneração urbana, criando mecanismos de maior justiça social com um modelo que penaliza quem não observa o dever de conservação dos imóveis, e tem os imóveis devolutos há mais de um ano. Também cria incentivos aos proprietários que reabilitem e que afetem os seus imóveis ao arrendamento urbano. Todas estas medidas se enquadram num processo de regeneração urbana que a Câmara tem vindo a desenvolver, (com particular incidência no mandato anterior), porque a reabilitação urbana do edificado também leva à dinamização do tecido económico local e combate a desertificação dos centros históricos, através da isenção do pagamento do IMI, aquando da aquisição de habitação própria e permanente e de frações reabilitadas.

Informou também, que no processo de incentivo à iniciativa privada para a reabilitação do edificado, a Câmara tem em funcionamento um gabinete próprio que está disponível para avaliar todos os processos que lhe sejam submetidos, criando condições, inclusive junto do Instituto Nacional de Habitação e Regeneração Urbana, identificando eventuais linhas de financiamento.

Quanto à Derrama, a Câmara manteve a posição de deliberar sobre o limite máximo de Derrama. Esta representa 1,5% sobre o lucro tributável das empresas, definido no regime jurídico.

Num contexto em que às famílias são impostos sacrifícios, parece curial e justo do ponto de vista da natureza fiscal, que as empresas também participem neste sacrifício coletivo.

Em relação à participação variável do IRS, informou que quando esta possibilidade ficou vertida na Lei de Finanças Locais que está em vigor, (cessará a sua vigência no final de dezembro do corrente ano), entendeu-se, que a possibilidade de as câmaras fixarem a sua participação variável nos 5% poderia compensar a redução das descentralizações financeiras que, por via desta Lei, se proporcionaram e verificaram.

Todos estão de acordo que seria importante obter um desagravamento da carga fiscal dos cidadãos, sendo até entendimento generalizado na AML – Área Metropolitana de Lisboa, que se o Estado quisesse promover esse desagravamento, então por critérios de igualdade e universalidade, que seja este ou a Assembleia da República a definir e a fixar esse desagravamento para os contribuintes.

Não concorda com a presente possibilidade, que é absolutamente aleatória. O IRS é um imposto progressivo e se os municípios deliberarem pela redução da sua participação variável no IRS, então, ficam perante uma redução progressiva. Se tivesse sido essa a opção da Câmara, estar-se-ia a proporcionar mais benefícios aos contribuintes que mais altos rendimentos auferissem (e mesmo assim, seriam verbas absolutamente insignificantes) e não aos que auferem menos, cujo benefício seria quase nulo, ou mesmo nulo.

Por esta razão e outras, a Câmara deliberou fixar a sua comparticipação variável no IRS em 5%.

De seguida, teceu comentários pouco favoráveis à proposta de Lei do Orçamento do Estado que contem aspetos nefastos para a maioria dos municípios.

- Iolanda Nunes:

Informou que em relação à participação variável no IRS e à derrama, a bancada do PS não tinha dúvidas, considerando-se assim esclarecida com a documentação remetida.

Relativamente ao IMI, esperam que a medida referente à reabilitação dos centros históricos implemente uma melhoria nas condições de habitabilidade dos mesmos e consequentemente uma regeneração urbana.

De acordo com o sugerido pela vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento em reunião de Câmara, solicitam, que se possível, seja elaborado um relatório intercalar, para constatar a existência ou não da utilização das medidas pelos proprietários dos imóveis.

- Mário Alves:

Consideram positivo que a Câmara mantenha as taxas dos impostos, contudo, entendem que esta poderia ter feito outro tipo de consideração, ou seja, porque se está num momento complicado, o município poderia fazer um pouco mais pelos munícipes (sendo apenas, uma questão de verificação de alguns números).

Disse que, eram favoráveis à redução de 1% na taxa de IRS, fixando-a assim em 4%. Isso daria uma receita de cerca de novecentos mil euros, o que se traduziria garantidamente num reembolso direto às famílias de cerca de duzentos e vinte mil euros. Progressivamente ou não progressivamente, qualquer família gostaria de ver esse reembolso. Seria assim, uma pequena ajuda e contrariava os tempos que correm.

Quanto ao IMI, entendem que a Câmara poderia ter ido um pouco mais longe, apesar de compreenderem que estas são as receitas do município, mas também os cidadãos têm que controlar as duas despesas.

Sempre no sentido de ajudar, entendem que a taxa poderia descer duas centésimas, fixando-se em 0,38% em vez dos 0,4% propostos pelo executivo, dado que mesmo assim, significava um encaixe de dois milhões e quinhentos mil euros para o município, acontecendo até um ligeiro aumento de receita, a rondar os duzentos mil euros relativamente a 2012.

Na derrama, entendem que a economia local poderia sair beneficiada com uma cláusula de exceção, para um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, ou seja uma redução em 0,25%, que refletiria um pequeno esforço do município para o desafogo dos municípios.

- Paulo Machado:

Ao fazer o pedido para intervir, pensou que este seria de congratulação, dado que em reunião de Câmara, as propostas terem sido aprovadas por unanimidade. Com base neste pensamento, entendia que as forças políticas representadas na Assembleia Municipal compreendiam que esta posição representava duas coisas. Por um lado a convicção de que onerar mais impostos apesar das dificuldades financeiras da Câmara é uma situação difícil no atual contexto. Por outro lado, é que partilham que ao não aumentar receita ou aumentar os impostos, significa também, um encaixe menor numa altura em que os pilares financeiros da Câmara se vêm altamente debilitados, significando depauperação do que são as condições do serviço público a prestar pela Câmara. Da decisão da Câmara resultará obviamente maior dificuldade em cumprir a sua missão porque terá menos impostos.

Não esperava a intervenção do deputado do CDS/PP, Mário Alves, fazendo diatribe com as palavras, numa perspetiva missionária.

Na verdade, se os tempos que correm são difíceis, a baixa de impostos seria um desafogo para os municípios como disse o deputado. Contudo, não fosse o facto de a nossa memória ser fundamental há que referir, que o principal obreiro destas medidas de afogamento, de desagrado, de intencionalidade permanente de agravamento da vida dos portugueses e dos municípios, estar exatamente na bancada que o deputado representa e a qual faz parte da maioria que se encontra no Governo e na Assembleia da República, ou seja a maioria PPD-PSD/CDS/PP.

Ouvindo o deputado do CDS/PP, deveriam os municípios espantar-se porque, as medidas que os fazem viver com tantas dificuldades financeiras não são afinal devidas ao Governo e sua ação, mas sim ao facto de a Câmara manter os impostos municipais, apesar de ainda assim alguns estarem abaixo dos limites.

Perante o facto de o CDS/PP ter feito contas, questionou então, quanto desagravaria o Governo, se reduzisse o IVA, o IRS, a TSU e até o aumento imposto às câmaras com o pessoal, para a Caixa Geral de Aposentações.



Na sua opinião, é muito significativo que do ponto de vista político se possa por um lado exigir às câmaras, que são neste momento entidades que decidem sobre impostos apenas numa área muito limitada numa altura de grande dificuldade e que por outro lado, com a maior tranquilidade, numa lógica de bonomia e compreensão, poder pedir à Câmara, como se fosse sua responsabilidade, que desonere aquilo que o Governo da República tem vindo a onerar nos últimos anos, após terem verificado em que situação se encontram as finanças do município.

O exemplo, em seu entender, deveria partir do Governo e da Assembleia da República. O exemplo dado pelo município tem sido dado através de uma gestão isenta nesta matéria, porque todos são responsáveis e partilham do esforço de isenção e rigor com as contas e com a redução de despesa.

Lembrou que mais dificuldades para as câmaras, significa mais dificuldades para os munícipes, menos dinheiro para responder aos que mais precisam e maior agravamento para as famílias do concelho.

- Luiz Batista:

Para a bancada do PPD/PSD, deveria haver uma alteração no valor da taxa de derrama, porque há necessidade de desenvolver o concelho. Aquilo que aparentemente poderia ser uma redução de receita, poderia a muito curto prazo, traduzir-se num aumento de receita.

Para se poder captar investimentos e empresas para o concelho, que muito necessita delas, não só para a criação de emprego, mas também para a criação de riqueza, não tem dúvidas de que a Câmara deveria baixar a taxa, contribuindo assim, para maior incentivo na concorrência com municípios vizinhos.

Quanto ao IRS, não tem dúvidas de que é uma das fontes de receita da Câmara e concorda com o presidente da Câmara quando este afirmou que uma pequena descida na taxa iria afetar daria muito pouco a cada um dos munícipes, quando na verdade, neste momento, as verbas fazem mais falta à Câmara, não estando esta em condições de poder optar por devolver aos munícipes algum valor como acontece noutros municípios.

Em relação ao IMI saudou a Câmara pela proposta apresentada, pela inclusão de medidas que poderão permitir uma mais rápida regeneração e requalificação de todo o edificado nas zonas históricas das freguesias. Duvida no entanto, que a medida só por si, produza efeitos, se não houver equipas municipais que façam o acompanhamento, os levantamentos e ajudem as pessoas com os projetos e a concorrer ao projeto JESSICA, que poderá ser mais vantajoso para os munícipes.

Vai aguardar pelo relatório intercalar sugerido pelo PS.

- Miguel Boieiro (Presidente da Assembleia):

Explicou que enquanto foi presidente da câmara sempre teve dificuldade em fazer compreender o que era a derrama. Na sua opinião muitos fazem confusão, no entanto, esta taxa apenas incide sobre as empresas que têm lucro.

No momento de dificuldades, não se percebe como é que os ricos estão mais ricos. Provavelmente, os impostos sobre estes estão a ser insuficientes sobre estes. Há uma grande contradição, quase um escândalo, dado que quem é rico está a ficar mais rico e o povo que não tem rendimentos está a ser cada vez mais penalizado.

- Presidente da Câmara:

Congratulou-se uma vez mais, pelo facto de as propostas terem sido bem compreendidas e até bem assumidas, o que é importante, não obstante a divergência que possa haver em determinadas matérias e, a dos impostos, é muito sensível no campo político.

Explicou que dentro de pouco tempo, quer a Câmara quer a Assembleia Municipal, deixarão de se preocupar com derrama, dado que em bom rigor, quando a proposta da “Comissão Lobo Xavier” que está a proceder à revisão do Código do IRC, for transformada em proposta de Lei, a derrama deixará de ser um imposto municipal. Aguarde-se depois para perceber como é que o Governo vai tratar as empresas no plano da tributação, quando temos o exemplo das empresas de restauração.

Ainda como exemplo do comportamento do Governo, esclareceu que, o Imposto Único de Circulação que é repartido pelos municípios e administração central, sofrerá um agravamento em relação às viaturas a gás. Contudo, este agravamento, será todo avocado pela administração central como acréscimo de receita.

Compreendeu a veemência do deputado Paulo Machado, porque também entende que na política é necessário ser-se coerente e dizer a verdade, quando se afirma que se está na política para se fazer o melhor pelo concelho e pelos munícipes.

Havendo conhecimento de que cada vez mais são menores as descentralizações do Orçamento de Estado para a Câmara, agravado pelo facto de Alcochete ser o sexto município do país que menos verbas recebe, não percebe como se pode vir pedir que a Câmara baixe impostos, quando estes são as suas fontes de financiamento próprias.

Comentou um comunicado, publicado no “Diário da Região” em nome do CDS/PP, sobre os vereadores a tempo inteiro e a tempo parcial na Câmara de Alcochete, comparativamente com a Câmara do Montijo.

Com este comunicado, finalmente, as pessoas que foram eleitas pelo CDS/PP se assumiram e foram claras com os cidadãos que os elegeram, porque se apresentaram como independentes, apesar de depois a poucos dias da eleição apelarem ao voto no CDS/PP não fosse chegar-se ao momento de votar e perguntarem onde estavam os independentes. Fica-lhes bem a assunção.

O CDS/PP fez contas e nós também e ao invés das contas do CDS/PP, podemos afirmar que se a Câmara tivesse optado por ter apenas dois vereadores a tempo inteiro e os restantes a tempo parcial como defende o CDS/PP, gastaria mais do que gasta no presente. Quando se fazem contas estas devem ser bem feitas para depois não se cair numa total falta de coerência e de rigor nas afirmações políticas que se produzem.

Salientou que a Câmara não está a acrescentar austeridade a mais austeridade, contrariamente ao que o Governo do país está a provocar.

Se a Câmara considerasse baixar a participação no IRS e a derrama, seria obrigada a aumentar o IMI, tal como aconteceu com o município do Montijo.

Quando se fala em falta de apelatividade do concelho por não se baixar a derrama, não se faz uma afirmação correta. No momento, estão quase a abrir duas empresas e não se deve esquecer a posição geoestratégica do município, as relações com a Câmara, que tem uma via verde para o investimento, acontecendo até que há várias empresas que deslocaram a sua sede para o município.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal, propôs um intervalo de 10 minutos o que foi aceite por unanimidade.

Retomados os trabalhos, passou-se à votação dos seguintes pontos:

#### **PONTO 9 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2015**

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 abstenções (CDS/PP e PPD/PSD.)

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PPD/PSD e Patrícia Figueira fez declaração de voto (que abrange este ponto e os dois seguintes) em nome do CDS/PP.

#### **PONTO 10- LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2014**

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com 2 votos contra (PPD/PSD), 3 abstenções (CDS/PP) e 19 votos a favor (CDU e PS).

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PPD/PSD.

#### **PONTO 11 – TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2014**

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com 3 abstenções (CDS/PP) e 21 votos a favor (CDU, PS e PPD/PSD).

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PPD/PSD.

Paula Pereira fez declaração de voto em nome da CDU.

#### **PONTO 12 – DESIGNAÇÃO DE JÚRI DOS RECRUTAMENTOS DE CARGOS DIRIGENTES**

Submetida a proposta à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereadora Raquel Prazeres:

Fez o enquadramento legal da proposta, que advém da aplicação da Lei n.º 49/2012, a qual, impôs, que os municípios adequassem a sua estrutura orgânica às regras definidas pelo Diploma. A Câmara, no momento, funciona com uma estrutura mista, dado ter optado por manter as comissões de serviço dos dirigentes em funções na estrutura anterior até à última cessação que ocorrerá em junho de 2015.

Atendendo ao termo de três comissões de serviço da anterior estrutura, foram designados em regime de substituição, três dirigentes intermédios, nomeadamente para a DIS, DAOML e DAGR, tornando-se necessário que após a deliberação da Câmara também a Assembleia Municipal delibere sobre o assunto.

Também com base em pareceres jurídicos, dado que a Lei é omissa, indicam-se os suplentes dos membros do júri, que no caso, são funcionários da Câmara, para assim evitar mais despesas.

- Luiz Batista:

Saudou a nova adequação do organograma por entender que fica com uma estrutura muito mais operacional e eficaz.

Questionou o facto de se estar a abrir concursos, quando na documentação remetida, já se indica que as três divisões estão providas de Chefe de Divisão.

- Paulo Machado:

Esclareceu que esta matéria é de natureza executiva de gestão da Câmara e não deveria carecer de deliberação da Assembleia Municipal.

A abertura destes lugares já vieram a esta Assembleia para deliberação. No momento, pretende-se deliberar apenas sobre a abertura de concursos, dado o lugar em Mapa de Pessoal já existir aquando da deliberação da nova estrutura orgânica. Os três lugares estão providos no momento, por chefes de divisão em regime de substituição até terminar o processo concursal.

Lembrou, que com esta aprovação, foram também aprovadas um conjunto de medidas que mais uma vez ao contrário do que é afirmado por Luiz Batista, onera e dificulta a gestão da Câmara.

Poderá dizer-se que quatro é menos que oito e que, assim sendo, será mais eficaz do ponto de vista da utilização das verbas financeiras, porém, na verdade, dois chefes de divisão são técnicos superiores cuja diferença de ordenado é muito pequena face ao vencimento de chefe de divisão. Com esta imposição, pede-se às chefias um esforço

enorme, quer do ponto de vista técnico, quer do político, dada a complexidade das matérias municipais.

A Lei foi feita com base na análise demográfica e pareceu na altura e continua a parecer que é uma intromissão enorme na autonomia das câmaras em decidirem sobre a sua própria forma de gestão. Mais do que as “gorduras” como diz Luiz Batista e comparar o número de habitantes com o número de funcionários, importa compreender a realidade específica de cada município. Em concreto compreender a forma como a câmara assegura inteiramente os serviços municipais, ou se o faz, como tantas outras, com recurso a empresas privadas.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

#### ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:15 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: